



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
CAMPUSIII/GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

DINAMERY DE SOUZA FELIX

**A REPRESENTAÇÃO DO INDÍO NO LIVRO DIDÁTICO DO 4º DO ENSINO
FUNDAMENTAL ADOTADO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA**

GUARABIRA

2017

DINAMERY DE SOUZA FELIX

**A REPRESENTAÇÃO DO INDÍO NO LIVRO DIDÁTICO DO 4º DO ENSINO
FUNDAMENTAL ADOTADO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Linha de Pesquisa: Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rita de Cássia Cavalcante

GUARABIRA

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e

F345r Felix, Dinamery de Souza

A representação do índio no livro didático do ensino fundamental adotado no município de Guarabira [manuscrito] / Dinamery de Souza Felix. - 2017.

36 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Rita de Cássia Cavalcante RITA DE CASSIA CAVALCANTE, Departamento de Educação".

1. Educação Indígena. 2. Livro didático. 3. Representação Social. I.
Título.

21. ed. CDD 371.9

**A REPRESENTAÇÃO DO INDÍO NO LIVRO
DIDÁTICO DO 4º DO ENSINO FUNDAMENTAL
ADOTADO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA**

Artigo apresentado ao curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial
à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.
Linha de Pesquisa: Educação
do Campo.

Aprovada em: 04/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Rita de Cássia Cavalcante

Profª. Ms. Rita de Cássia Cavalcante (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Taíses Araújo da Silva Alves

Profª. Dra. Taíses Araújo da Silva Alves (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar

Profª. Ms. Jórisa Danilla Nascimento Aguiar (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família pela dedicação.
dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que se fez presente nos momentos mais difíceis dessa longa caminhada sendo sempre o meu guia.

Aos meus pais: Raimundo Felix da Silva e Josefa Raquel de S. Felix, cuja importância em minha vida não me limito a descrever em simples palavras.

Aos meus irmãos Daniel Felix, David Felix e Diego Félix e minha irmã Daniela Felix por sempre me apoiarem ao longo desses cinco anos.

Ao meu esposo Kerginaldo Firmino dos Santos Junior por sempre está do meu lado me incentivando em todos os momentos.

Os meus professores do curso de Pedagogia da UEPB, que contribuíram para minha formação, ao longo desses cinco anos de curso. Em especial, a minha professora Ms. Rita de Cássia Cavalcante pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação. Agradeço-lhe imensamente pela parceria, cooperação, paciência, sempre disponível em todos os momentos que solicitei.

Aos meus colegas de sala pelo apoio e por proporcionar noites inesquecíveis ao longo do curso. Principalmente a Maria Jose e Tânia Maria, por sempre estarem me apoiando e ajudando nos momentos de dificuldades.

Enfim... A todos que de alguma forma ou de outra, contribuíram para a construção do meu trabalho, a vocês o meu eterno obrigado.

“Eles tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes...”
(Índio Bororo/MS – assassinado há 40 anos).

LISTA DE SIGLAS

CIME- Conselho indigenista missionário;

COLTED- Comissão do livro técnico e do livro didático;

DCNGEB- Diretrizes curriculares gerais da educação básica;

DSEI- Distritos sanitários especiais indígenas;

FENAME- Fundação nacional do material escolar;

FNDE- Fundo nacional de desenvolvimento da educação;

PNLD- Plano nacional do livro didático;

POLIDEF- Programa do livro didático para o ensino fundamental;

INEP- Instituto nacional educação e pesquisa;

INL- Instituto nacional do livro;

LDB- Lei de diretrizes de bases;

MEC- Ministério de educação e cultura;

RCNEI- Referenciais curriculares para escolas indígenas;

SESAI- Secretaria especial de saúde indígena;

TCC- Trabalho de conclusão de curso;

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Os habitantes do Brasil (A diversidade dos povos indígenas). p.20

Figura 2: Os habitantes do Brasil (Os troncos linguísticos). p.21

Figura 3 – Mapa dos troncos Linguísticos. p.22

Figura 4 – Modos de Vida (Alimentação e atividades diárias dos Tupis e a arte dos indígenas). p.23

Figura 5 – Os povos indígenas em luta para sobreviver (a violência contra os indígenas e a garantia dos direitos indígenas). p. 24

Figura 6 – Os povos indígenas em luta para sobreviver (as terras indígenas). p. 26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1 Caminho da pesquisa apoio nos estudos com representação social	09
2. A temática escolar indígena no contexto da legislação brasileira e o programa nacional do livro didático.....	11
3. O mercado do livro didático no século XXI	14
3.1 O Plano Nacional do Livro Didático.....	16
4. O índio no livro didático de história do 4º do ensino fundamental	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	28

A REPRESENTAÇÃO DO INDÍO NO LIVRO DIDÁTICO DO 4º DO ENSINO FUNDAMENTAL ADOTADO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisarmos como o índio brasileiro é representado no livro didático de História, do Ensino Fundamental I, do 4º ano, do Projeto Buriti. Motivada pelas leituras sobre a temática da Educação Indígena e associada a visita realizada a Aldeia São Francisco e a medida que aprofundamos sobre a temática no componente Educação Indígena fomos intensificando esse querer de pesquisa. Especialmente quando fomos analisando os livros didáticos de História. Para desenvolver essa temática optamos por trabalhar com uma abordagem de pesquisa que dialoga com a representação social, dentro das várias existentes na pesquisa qualitativa. Essa opção dar-se ao fato que a representação social busca também explicar os significados atribuídos aos fatos, imagens, linguagens, bem como aos aspectos da cultura. Diante das discussões propostas no referido livro foi possível constatar que os conteúdos vinculados sobre a temática indígena não está atualizado, além de possuir informações resumidas. Sendo indispensável ao educador/a e a rede de editoras uma nova visão e aprofundamento sobre os indígenas, pois o livro didático deve ser um agente de reversão de estereótipos e constitui, assim, poderosa ferramenta de unificação, até de uniformização nacional, lingüística e ideológica.

Palavras-Chave: Educação Indígena. Livro didático. Representação Social

1. Introdução

No processo de ensino/aprendizagem é fato considerar que o livro didático funciona como uma ferramenta fundamental no desenvolvimento do trabalho docente e na construção histórica dos indivíduos e suas aprendizagens. Servindo de instrumento mediador ao conhecimento científico e como componente importante no trabalho pedagógico do professor, pois além de favorecer o acesso as informações científicas, possibilita a contextualização dos fatos históricos em suas diferentes situações, além de ajudar na metodologia de ensino. Por outro lado, pode ser um instrumento favorável a disseminar valores e interesses de uma dada concepção de mundo e de sociedade.

Sendo, pois, importante destacar que o acesso gratuito ao livro didático também é parte de um “grande negócio”, como produção editorial de mercado. Essa distribuição existe desde 1930, na preocupação governamental, conforme demonstra o estudo de Freitag (et al, 1993).

Nessa mesma linha de análise, o trabalho de Cassiano (2013, p.24/29), mostra que esse mercado no século XXI, coloca o governo brasileiro como o maior comprador de livros didáticos, favorecendo um mercado milionário de editoras com Abril Educação* e Saraiva que comandam a compra e distribuição dos mesmos.

Nesse sentido, o livro didático que deveria ser um meio de favorecer a aprendizagem como aponta Bittencourt torna-se um objeto a mais no mundo da edição:

...Aponta que, assim como é um objeto do mundo da edição e, por isso, obedece às técnicas de fabricação e comercialização inerente aos interesses do mercado, também é depositário dos conteúdos educacionais, sendo suporte privilegiado pra se recuperar conhecimentos e técnicas considerados essenciais por uma sociedade em determinada época. (...) o livro didático deve ser também considerado como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura. (BITTENCOURT apud CASSIANO, 2013, p. 31)

Motivada por essas primeiras leituras e a partir de uma visita realizada à Aldeia São Francisco, no Município da Bahia da Traição- PB, parte das atividades do componente

*O Grupo da Editora Abril é um dos maiores e mais influentes grupos de Comunicação e Distribuição da América Latina. Desde a sua fundação, como uma pequena editora em 1950, busca tornar-se cada vez mais relevante para o Brasil e para os brasileiros, atuando na difusão de informação, educação e cultura, bem como influenciando ideologicamente na difusão de seus ideários na sociedade brasileira.

Educação Indígena que foi fortalecendo nossa pesquisa e intensificou ainda mais o desejo em estudar sobre a educação e cultura indígena. E, em meio aos diversos temas e às pesquisas, o que nos chamou mais atenção foi à forma como a temática indígena tem sido abordada nos livros didáticos.

Quando passamos a ter contato com os primeiros livros, identificamos que algumas questões nos inquietavam e precisavam ser pesquisadas: o que tem sido abordado na cultura escolar sobre os povos indígenas? Como essa questão é tratada nos livros didáticos? Que representações, imagens e conteúdos têm se ensinado em História, ressignificando o papel do índio? Qual é a importância dada a esses povos? Persistir algum tipo de preconceito e discriminação ao indígena, quando são tratados nos livros didáticos?

Apesar de muitos estudos existentes sobre o tema, vimos que na instituição Universidade Estadual de Guarabira- PB (UEPB), ainda era uma temática pouco abordada nos Trabalhos de Conclusão de Cursos –TCC e por isso resolvemos iniciar nosso trabalho. E para isso definimos alguns objetivos de pesquisa, dentre o principal foi: analisarmos como o índio brasileiro é representado no livro didático de História. Para atender os objetivos desse trabalho e pelo recorte da pesquisa optamos pelo livro didático de História, do 4º ano do Ensino Fundamental, do Projeto Buriti.

Para tratar desse tema de forma mais didática dividimos o trabalho em tópicos e na seguinte ordem: no primeiro tópico iremos abordar os caminhos da pesquisa com representações sociais. Em seguida, mostraremos também a temática escolar indígena no contexto da legislação brasileira e como se desenvolve o Programa Nacional do Livro Didático, o mercado do livro didático no século XXI, e por fim a análise do livro.

1.1 Caminhos da Pesquisa: apoio nos estudos com Representações Sociais

Para desenvolver essa temática optamos por trabalhar com uma abordagem de pesquisa que dialoga com a representação social, dentro das várias existentes na pesquisa qualitativa. Visto que como cita Malhotra (2001, p. 155): “é uma metodologia de pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema”. Logo, o trabalho com representação social busca também explicar os significados atribuídos aos fatos, imagens, linguagens, bem como aos aspectos da cultura. Que na perspectiva de Hall, tem uma forte ligação com a cultura,

... utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representa-lo a outras pessoas. (...) Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos (HALL, 2016, p.31).

Ainda de acordo com Hall, é através do que dizemos, pensamos e sentimos – que representamos – que damos significado a algo. Isso fica mais marcante quando observamos as imagens, linguagens e significados. Na nossa pesquisa ao analisar o livro didático de História nos deparamos com um conteúdo limitado em termos de aprofundamento das informações, tendo uma linguagem resumida, ofertando aos estudantes pouco conhecimento dessa cultura e de suas vivências e experiências.

Muito embora existam livros didáticos de História que trabalhem com um pouco mais de aprofundamento sobre a questão indígena no Brasil, quando resolvemos fazer nossa escolha, o critério que nos conduziu a pesquisa foi aquele usado no universo escolar da rede municipal do município de Guarabira, especialmente, os que foram adotados pela Secretaria de Educação, com prazo para utilização durante os anos de 2016, 2017 e 2018.

Optamos nesse trabalho, por ter o livro como a documentação básica de análise, sem fazer qualquer observação ou menção aos/as educadores/as ou estudantes, uma vez que se trata de um recorte de pesquisa que elege apenas o documento- o livro.

Para iniciarmos nossas pesquisas observamos vários livros do Ensino Fundamental, entretanto, resolvemos escolher o livro de História, do 4º ano, do Ensino Fundamental, do Projeto Buriti, por percebemos que esse constituía uma abordagem com mais ênfase a temática.

Para sistematização dos dados da análise concentramos em alguns aspectos: identificação do livro didático, os conteúdos abordados, representações e imagens do livro de História; e, por fim, a metodologia e contextualização histórica pautada no livro.

Extraír as representações sociais do índio, em um único livro, resultou em uma tarefa dispendiosa que não esgotamos com esse trabalho e queremos dar continuidade. Entretanto, entendemos que esse foi um primeiro momento do trabalho que poderá ter seu sequenciamento na continuidade de nossa formação acadêmica (mestrado, doutorado).

Queremos dizer que o sentido da palavra representação aqui colocada tratada no dicionário Oxford, tem diferentes sentidos que o mesmo sugere:

I- Representar algo é descrevê-lo ou retratá-lo, trazê-lo à tona na mente por meio da descrição, modelo ou imaginação; produzir uma semelhança de algo na nossa mente ou em nossos sentidos. (...)

II- Representar também significa simbolizar alguma coisa por ser no seu lugar ou dela ser uma amostra ou um substituto.(OXFORD apud HALL, ano, p. 32).

Logo, a representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura, observando hábitos e crenças estabelecidos normas, valores e atitudes, consistir em representar alguma coisa (objeto) e alguém (sujeito).

2. A TEMÁTICA ESCOLAR INDÍGENA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Nesse item abordaremos sobre como as questões indígenas são tratadas na legislação brasileira e seus reflexos na organização das escolas, que na maioria das vezes, trata ainda a temática indígena de forma estereotipada e folclórica. Quando, não, fala-se sobre os índios apenas no mês de Abril, ou mais precisamente, no dia 19 desse mês, que é representado pelo dia do índio no Brasil.

É comum que ainda se repitam com os alunos, antigos rituais pedagógicos, muito presentes nessas comemorações, tais como: enfeitá-los com cocar feitos de cartolina e penas de aves domésticas ou saíotes de estopa, cantar músicas indígenas, passar um vídeo retratando-o como aquele que mora em reservas, que vive da caça e da pesca. No restante do ano letivo trata-se o indígena com um silêncio incomodo e o máximo de contato que crianças, adolescentes e jovens terão a respeito do tema, será por meio da mídia, especialmente da televisão, colocando-se sempre como invasores de terras.

Entretanto, no contexto da regulamentação legal, muitas foram as iniciativas no sentido de direcionar as políticas para Educação Escolar Indígena, mesmo que para isso, muitas tenham se dado por força da luta dos movimentos indígenas.

Merecem destaque os seguintes documentos legais: A constituição de 1988 (Art. 231), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96, nos Referenciais Curriculares para Escolas Indígenas (1998), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), que contempla as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena e a Lei

11.645/08 sobre o ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, em todos esses documentos, estabelece-se que a Educação Escolar Indígena precise ser incluída nos currículos escolares, respeitando suas especificidades.

No tocante, a Constituição de 1988, nos Arts. 231 e 232 – regulamenta o reconhecimento dos costumes, crenças e tradições e dá visibilidade a política de identidade sociocultural indígena e garante:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 136),

Afirmando esses artigos na LDB n° 9.394/96, no seu Art 1° 26-A e no Artigo 2°, reformulado a partir da lei 11.645/2008, trata de regulamentar no Ensino Fundamental e Médio (público e privado), a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, com a seguinte redação:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, público e privado, torna-se obrigatório o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1° o conteúdo programado a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

§ “2° os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história, ” (NR)

Art. 2° esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A escola hoje tem se tornado um local de afirmação de identidade e de pertencimento étnico além da autonomia pedagógica, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola, a mesma tem se apresentado como um lugar estratégico para a continuidade sociocultural de seus modos de ser, viver e pensar.

Anterior a essa lei, os Referenciais Curriculares para Escolas Indígenas (1998), o RCNEI/Indígena, propõe subsidiar e apoiar os professores na tarefa contínua de suas práticas

escolares. Afirma o direito dos povos indígenas à autodeterminação e a manutenção e reforça suas características políticas, econômicas, sociais e culturais próprias.

No que se refere à educação escolar, afirma que os povos indígenas têm o direito de estabelecer e controlar suas instituições e sistemas educacionais, oferecendo às crianças educação em suas próprias línguas, de acordo com seus próprios métodos culturais de ensino e aprendizagem.

Ainda de acordo com o RCNEI/Indígena (1998), o Decreto Presidencial nº 26, de 1991, atribui ao MEC a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, coordenando as ações referentes àquelas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino. O mesmo Decreto atribui a execução dessas ações às secretarias estaduais e municipais de educação, em consonância com as diretrizes traçadas pelo MEC e propõe um currículo que interaja com a realidade e cultura indígena e orienta elementos base de como proceder didaticamente o fazer pedagógico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para os níveis e modalidades de ensino da Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio,(2013) e delibera que os sistemas federal, estaduais, distritais e municipais, por suas competências próprias e complementares, formulem as orientações assegurando a integração curricular das três etapas seguintes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico (DCNEB, 2013, p. 10).

Nas diretrizes podemos ver ainda que, a qualidade social da educação brasileira é uma conquista a ser construída de forma negociada, pois significa algo que se concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os sujeitos que nela atuam direta e indiretamente (ibid.p. 25).

Significa compreender que a educação é um processo de socialização da cultura, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola (ibidem).

Essas leis representam o marco de mudança nas políticas educacionais para os povos indígenas e buscam contemplar no currículo da escola básica, as questões afro-descendentes e indígenas.

Entretanto, outros estudos vêm na direção de mostrar a distância entre a lei e a realidade. O historiador Cleber Oliveira de Araújo, Biólogo indigenista, no vídeo: *Temática indígena nas escolas* (2016), diz que:

Apesar da lei existem várias limitações para que a temática indígena seja trabalhada de forma adequada em salas de aulas, faltam de materiais didáticos, faltam de capacitação para os professores/as, enfim, existe um grande distanciamento entre a realidade dos diversos, das centenas de povos indígenas que existe no país hoje, aquilo que é tratado na sala de aula a sala de aula tem contribuído para cristalizar a imagem dos índios a maioria das pessoas acreditam que os indígenas moram em ocas que vivem apenas da caça e da pesca. E não existem indígenas no Rio Grande do Sul, por exemplo, que eles vivem em uma tribo e são estereótipos que vem sendo reforçado a mais de séculos.

Também em estudos como os de BUENO; MIRAS e GONGORA (2009, p.25) demonstram que o imaginário social acerca das populações indígenas foi sendo construído a partir de estereótipos, nos quais os indígenas são vistos, ora como bons selvagens e seres puros e amigos da natureza, ora como povos primitivos, atrasados culturalmente, que vivem em ocas e florestas.

Os autores ainda afirmam que, atualmente, os povos indígenas estão encontrando novos espaços de interação e canais de comunicação com nossa sociedade, a exemplo das redes sociais e estão podendo oferecer outras versões e visões para além da mídia de massa e dos livros didáticos.

No entanto, a maioria das escolas ainda não conseguiram caminhos de interação e de aproveitamento de diferentes materiais pedagógicos, que subsidiem o trabalho em sala de aula, sendo assim, não explora o material fornecido adequadamente nem aproveita o recurso de outras mídias (sites, blogs, informativos etc), ligados às instituições e entidades ligadas aos povos indígenas e suas questões, que trazem um leque de informações mais próxima da realidade cultural desses povos, a exemplo destacamos o site do Conselho Indigenista Missionário, que de acordo com seu site, atua com as questões indígenas desde 1972, em todas as regiões do país e que anualmente apresenta relatório sobre a *violência contra os povos indígenas*, além de trazer informações sobre acontecimentos diários nas comunidades, desde que informados pelos seus representantes e tem o a missão de fé, mas o foco é intervir como aliado dos povos indígenas, potencializando seus processos de autonomia e contribuindo com projetos e ações que colaborem com as suas lutas.

3. O MERCADO DO LIVRO DIDÁTICO NO SÉCULO XXI

Nesse item objetivamos demonstrar a origem do Programa do Livro Didático, como um dos instrumentos didáticos na Educação Brasileira. Esse foi criado no Estado Novo, pelo Decreto – Lei nº 93/1937 e que se altera pelo Decreto Lei nº 1.006/1938, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, que cria o Instituto Nacional do Livro didático – INL e institui a

Comissão Nacional do Livro Didático, para estabelecer as condições de produção, importação e utilização do livro didático (CASSIANO, 2013, p.52). Nesse decreto definiu-se o que deveria ser o livro didático “os livros usados para leituras dos alunos em aula. (...) total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares” (FREITAG et. al. apud GOBBI, 2006, p. 21).

Entretanto, foi durante o regime militar que o livro didático vira fonte de negócio e o Estado brasileiro compra 50% da produção nacional (op.cit, p. 22). Que passam a ser avaliados por uma Comissão, criado pelo Decreto Presidencial nº 58. 653, de 16 de junho de 1966, a *Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED* – pelo acordo MEC/USAID (estabelecido a partir de 1964), cujo objetivo, segundo Santos, (2013, p.38) era:

(...) estabelecido a partir de 1964, entre o governo brasileiro e o governo americano, objetivando implantar aqui o modelo americano de ensino). Esta comissão possuía, dentre outras, a atribuição de gerir e ampliar os recursos destinados à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso.

Ainda conforme Santos (op.cit, p. 39), a extinção da *COLTED*, fez que o Programa Nacional do Livro didático ficasse sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro – INL, que passou a desenvolver uma de suas atribuições sobre o *Programa do Livro didático para o Ensino Fundamental-Polidef*, além das atribuições administrativas, de gerência e financeiras.

Em 1976, conforme a autora (ibidem), com a extinção do INL, foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), que se tornou a responsável pela execução do Programa do Livro Didático, com recursos vindos do Fundo Nacional da Educação (FNDE)

Devido aos poucos recursos muitos municípios ficam sem receber o livro didático, que nesses mais de 80 anos, passou por várias mudanças e aperfeiçoamentos e teve diferentes nomes e formas de execução.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no período de 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2012), que traz diversas mudanças, tais com:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;

Em 2003, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM, 2012), cujo objetivo é a ampliação do PNLD, à extensão da Educação Básica, passando a abranger, o Ensino Médio (distribuição gratuita dos livros didáticos para os alunos das três séries do ensino médio).

A última atualização do PNLD foi no ano vigente 2017, foram destinados livros para o atendimento a todos os alunos e professores dos anos finais do ensino fundamental da rede pública com os componentes curriculares de língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências da natureza, arte e língua estrangeira moderna (inglês e espanhol), com livros consumíveis e reutilizáveis. Houve ainda a reposição dos livros consumíveis para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental, campo e ensino médio. Foi adquirido livros adicionais consumíveis e reutilizáveis para cobrir acréscimos de matrículas para os alunos das series iniciais do ensino fundamental, campo e ensino médio.

3.10 Plano Nacional do livro didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2012) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da Educação Básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos por um período de três anos.

Para receber os livros didáticos desse programa é necessário que a escola pública participe do Censo Escolar do INEP e que a rede à qual está vinculada ou a escola federal tenham feito adesão formal ao programa, conforme preconiza a Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012. É importante ressaltar que a adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida.

A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação. Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano

letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

Fazendo uma análise crítica sobre o Programa do Livro Didático, e o ramo dos didáticos como o mais rentável no mercado nacional dos livros, isso segundo Earp e Kornis apud Cassiano (2005, p. 28), “consideram que o governo brasileiro como o maior comprador do mundo e China e Estados Unidos estariam nos primeiros lugares com relação às compras institucionais”.

No início do século XXI, conforme Cassiano (2005) esse mercado se reconfigura, tanto pela entrada das multinacionais espanholas, como pela entrada de grandes grupos nacionais com a Editora Moderna e Editora Positivo. Esse segmento do mercado do livro didático é extremamente disputado e ocupa o mercado dos grandes grupos familiares de editoras brasileiras, mas também. Espanholas que conquistaram um grande espaço nas editoras internacionais.

Sendo assim, o livro é instrumento de muita influência sobre os jovens, pois eles têm acesso a esse material logo que são inseridos no mundo escolar e como ainda estão formando suas próprias opiniões pode ser influenciado pelo o que as editoras publicam em seus livros, favorecendo a indústria cultural, de um grande número de livros difundidos em todo o território nacional. Choppin apud Cassiano (op. cit, p. 52): considera que, ao fixar por escrito, o conteúdo educativo assume certa ortodoxia frente à palavra do professor. Além disso, sua eficácia também advém da lenta impregnação de ideias, uma vez que sua utilização é frequente e prolongada”.

O livro didático constitui, assim, poderosa ferramenta de unificação, até de uniformização nacional, linguística e ideológica. O poder político se vê forçado a controlar estreitamente e, até a orientar em seu proveito, sua concepção e seu uso.

A prática do PNLD, alguma questão pertinente ao tema é teoricamente resolvida, como o fim da compra de livros descartáveis; a universalização, isto é, prevista a distribuição gratuita a todos os alunos da rede pública de ensino do 1º grau e a garantia de a escolha do livro a ser feita pelo professor.

4. O ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para constatar um pouco do que vimos refletindo, esse item, trata de organizar didaticamente a análise do Livro Didático de História, do 4º ano do Ensino Fundamental, do Projeto Buriti, de autoria de Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, editado no ano de 2014, utilizado na rede municipal de Guarabira/PB.

Definimos alguns objetivos de pesquisa, dentre o principal foi: analisarmos como o índio brasileiro é representado no Livro Didático de História, do Ensino Fundamental. Concentramos em alguns aspectos de análise: a identificação do livro didático, o qual se fez já na introdução desse capítulo, os conteúdos abordados, representações e imagens do livro de História; e, por fim, a metodologia e contextualização histórica pautada no livro.

Ao analisarmos o conteúdo da 2ª unidade do livro didático, notamos que o mesmo é único espaço destinado às questões indígenas, com tema inicial - “Os povos Indígenas no Brasil”. Iremos verificando a forma de abordagem, das imagens, textos e outros aspectos relevantes.

Entretanto o que se observa é que o livro trabalha várias temáticas indígenas num só item: como identidade, lendas e mitos. O livro não aborda toda a diversidade de povos indígenas existentes no país e no mundo.

No Brasil atual, vivem cerca de 900.000 mil índios que falam 274 línguas e se divide em 305 etnias. Muitas dessas línguas são tão diferentes entre si quanto o português em relação ao Russo ou o Árabe, isso quer dizer que o índio guarani, por exemplo, não consegue entender nada do que fala o Maru ou Yanamami. Cada povo possui sua língua e sua cultura que são também bastantes distintas umas das outras. (CESARINO, 2015, p.07)

Na figura I, com o texto da página, 24, com o subtítulo - *A diversidade dos povos indígenas* dá a entender que os índios são todos iguais, que existe uma harmonização dos índios e não é respeitada essa diversidade de povos existente no Brasil. Os índios ainda são caracterizados na imagem como, o que planta mandioca, que andam nu, o índio é tido como uma pessoa ingênua que só vive pintado e no meio da floresta traz uma ideia deturpada do indígena.

Instituto Socioambiental (ISA) diz que o Brasil é, portanto, um dos países com a maior diversidade cultural e linguística do mundo. Quando chamamos todos esses povos que vivem aqui de indígenas, não conseguimos perceber a diversidade real que os caracteriza.

Figura 2: Os habitantes do Brasil (A diversidade dos povos indígenas)

1 Os habitantes do Brasil

A diversidade dos povos indígenas

Há cerca de 520 anos, os europeus encontraram, nas terras que depois seriam chamadas de Brasil, diversos povos indígenas com costumes e línguas diferentes. Apesar da grande diversidade, havia características comuns a quase todos os indígenas. Por exemplo, a terra não podia ser comprada nem vendida. O que os indígenas obtinham com o trabalho, como os alimentos que colhiam, era usado somente para a sobrevivência deles. Os indígenas não comercializavam o que produziam.


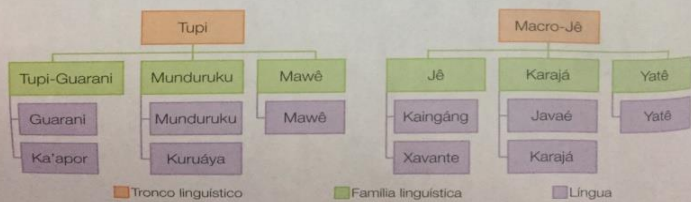


Ilustração atual representando trabalho coletivo de colheita de mandioca realizado por indígenas Guarani.

Os troncos linguísticos

Uma das características que determinam a origem de um povo indígena é a língua. Muitos povos migraram ao longo de centenas de anos, mas mantiveram sua maneira de falar.

As línguas indígenas que têm a mesma origem fazem parte de um grupo, chamado **tronco linguístico**. O Tupi e o Macro-Jê são os que possuem maior quantidade de línguas. Deles derivam diversas famílias linguísticas, como Tupi-Guarani, Mawê, Yatê etc., que, por sua vez, são compostas de idiomas como Munduruku, Xavante e Javaé.



Organograma representando os troncos linguísticos indígenas Tupi e Macro-Jê.

Fontes: Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://plb.socioambiental.org>>. Acesso em: 8 abr. 2014. Aryon Dall'Igna Rodrigues. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

24

Fonte: Projeto Buriti História, 4º ano, p. 24

Continuando a análise na página, 25 notamos que no mapa com Fonte: José Joabson Arruda, Atlas histórico básico. São Paulo: Ática, 1995. p. 21. É extremamente desatualizado, pois tem mais de 20 anos que foi feito esse estudo, além de dá informações que delimita as áreas de troncos linguísticos, por cada em cada região.

Já na temática - *Os troncos linguísticos*, na mesma página, notamos que as informações são resumidas, pois especifica apenas dois troncos linguístico, Tupi e Macro Jê, mais além desses existe outros tipos de famílias linguísticas como: Aikaná, Arawá, Arúak, Guaikuru, Iranxe, Jabutí, konoê, Karib, Katukina, Koazá, Máku, Mura, Nanambikwára, Pano, Trumái, Tikúna, Tukano, Txapakúra, Uanomami. No entanto, é importante lembrar que poucas línguas indígenas no Brasil foram estudadas em profundidade. Portanto, o conhecimento sobre elas está permanentemente em revisão.

Sendo assim, o livro didático é feito sem buscar informações sobre a diversidade etnias e de *Troncos Linguísticos* existentes.

No que diz respeito às línguas indígenas no Brasil, por sua vez, há dois grandes troncos - Tupi e Macro-Jê - e 19 famílias linguísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas “línguas isoladas”, por não se revelarem parecidas com nenhuma outra língua conhecida. Disponível em < <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>>. Acesso em: 29 de mar. de 2017.

Continuando a análise na página, 25 notamos que no mapa com Fonte: José Jobson Arruda, Atlas histórico básico. São Paulo: Ática, 1995. p, 21. É extremamente desatualizado, pois tem mais de 20 anos que foi feito esse estudo, além de dá informações que delimita as áreas de troncos linguísticos, por cada em cada região.

Figura 2: Os habitantes do Brasil (Os troncos linguísticos)

Principais troncos linguísticos indígenas no Brasil (1500)

O mapa mostra a distribuição geográfica dos troncos linguísticos Tupi (área central e sul) e Macro-Jê (área norte e nordeste). O Oceano Atlântico está à leste e o Oceano Pacífico à oeste. O Equador e o Trópico de Capricórnio são também indicados.





A influência indígena na língua portuguesa

A língua portuguesa falada no Brasil recebeu grande influência das línguas indígenas. Pipoca, guaraná e abacaxi são exemplos de palavras de origem indígena presentes no nosso dia a dia.

Fonte: José Jobson Arruda. Atlas histórico básico. São Paulo: Ática, 1995. p. 21.

ATIVIDADES

1 Coloque as letras na ordem correta e escreva em seu caderno a palavra de origem indígena à qual cada frase se refere.

a)  Fruta que o jabuti come. A J B T I B C A U A Jabuticaba	c)  Fruta parecida com o olho. Â U R A G A N Guaraná
b)  Grão que se abre no fogo. A I O P C P Pipoca	d)  Fruta cheirosa. I B A X A C A Abacaxi

2 Observe o organograma da página 24 e cite três línguas do tronco linguístico Tupi e três do Macro-Jê.

3 De acordo com o mapa desta página, povos pertencentes a qual tronco linguístico ocupavam boa parte do litoral do atual Brasil?

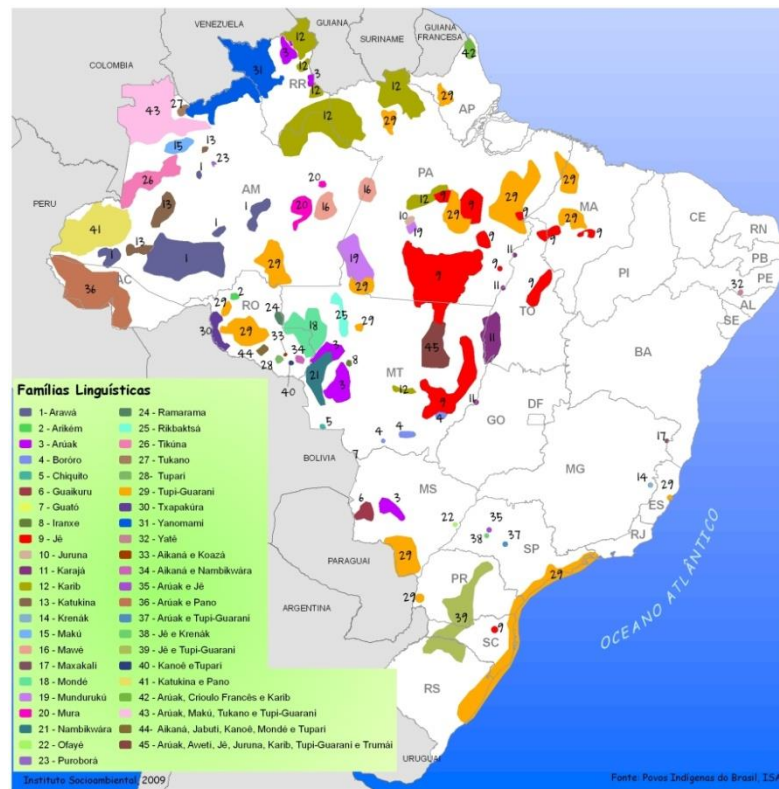
2. Observe os alunos a observar a legenda do organograma. Todos os termos que aparecem nos quadros de cor laranja se referem às línguas indígenas. Possibilidade de resposta: Tupi: Guaraná, Mundurucu e Mawé. Macro-Jê: Javá, Yaté e Kaingang.

25

Fonte: Projeto Buriti História, 4º ano, p. 25

Para fazermos a comparação de informações contidas no texto do livro, trouxemos esse mapa do site Mirim Povos Indígenas no Brasil, que apresenta de forma abrangente os troncos linguísticos existentes nas regiões do território brasileiro.

Figura 3– Mapa dos troncos Linguísticos



Fonte: Google imagens, 2009.

Para fazermos a comparação de informações contidas no texto do livro, trouxemos esse mapa do Mirim Povos Indígenas no Brasil, que apresenta de forma abrangente os troncos linguísticos existentes nas regiões do território brasileiro.

A seguir na figura 4, na página 26 temos a temática - *O modo de Vida*, onde traz a variedade da alimentação indígena. Em vários estudos mostra que um alimento que é comum a todas as tribos indígenas é o biju, a matéria prima que é utilizada é a mandioca.

De forma breve o texto relata apenas a alimentação dos Tupis, não cita a diversidade existe de alimentos que é consumido por outras tribos, pois nem todos os alimentos que os Tupis comem outras tribos têm inserido na sua alimentação.

Figura 4 – Modos de Vida(Alimentação e atividades diárias dos Tupis e a arte dos indígenas)

TEM 2 **O modo de vida**

▶ **Alimentação e atividades diárias dos Tupi**

Os povos indígenas com os quais os portugueses inicialmente tiveram mais contato foram os Tupi, que ocupavam principalmente o litoral, desde o sul do atual estado de São Paulo até o Ceará.

Para obter alimentos, os Tupi pescavam, caçavam e plantavam mandioca, milho, batata-doce, feijão, abóbora, pimentas, entre outros alimentos. O trabalho era dividido entre homens e mulheres e havia um chefe que organizava as atividades da aldeia.

Os homens caçavam, pescavam e derrubavam árvores para abrir terrenos, onde as mulheres plantavam. Elas também cuidavam das crianças, cultivavam e cozinhavam os alimentos. A coleta de frutos, raízes e folhas era feita por todos: homens, mulheres e crianças.

▶ **A arte dos indígenas**

Os povos indígenas faziam diversos utensílios de uso diário, como redes de algodão e de outras fibras naturais, potes para guardar alimentos, objetos de palha trançada, além de flechas e lanças para caça. Produziam também diversos tipos de enfeite para o corpo, como pulseiras, cocares, brincos e colares, feitos de sementes, de palha, de ossos e de outros materiais.

Os indígenas pintavam o corpo com tintas feitas de materiais extraídos da natureza, como urucum, carvão, jenipapo e terra. Essas pinturas tinham várias finalidades, como proteger a pele dos raios solares e contra insetos; promover curas; afastar maus espíritos; diferenciar um povo de outro durante as guerras e enfeitar o corpo para cerimônias, como o casamento e o ritual dos mortos.

Indígena Kamayurá preparando biju em aldeia do Parque Indígena do Xingu, município de Gaúcha do Norte, estado do Mato Grosso, 2012.

Indígena Saterê-Mawê tocando buzina de taquara (bambu). Aldeia Inhaã-Bé – Igarapé do Tiú, município de Manaus, estado do Amazonas, 2010.

26

Fonte: (Projeto Buriti História, 4º ano, 2014, p. 26).

O texto só foca no índio de “ontem” e não mostra a alimentação do Índio hoje. A alimentação dos índios que permanecem morando exilados é bastante natural, pois consomem os alimentos que eles próprios plantam e retiram da natureza. Já os indígenas que já passaram pelo processo de aculturação comem todo o tipo de alimento, permanecem com os alimentos comem de costume e os que são inseridos por outras culturas.

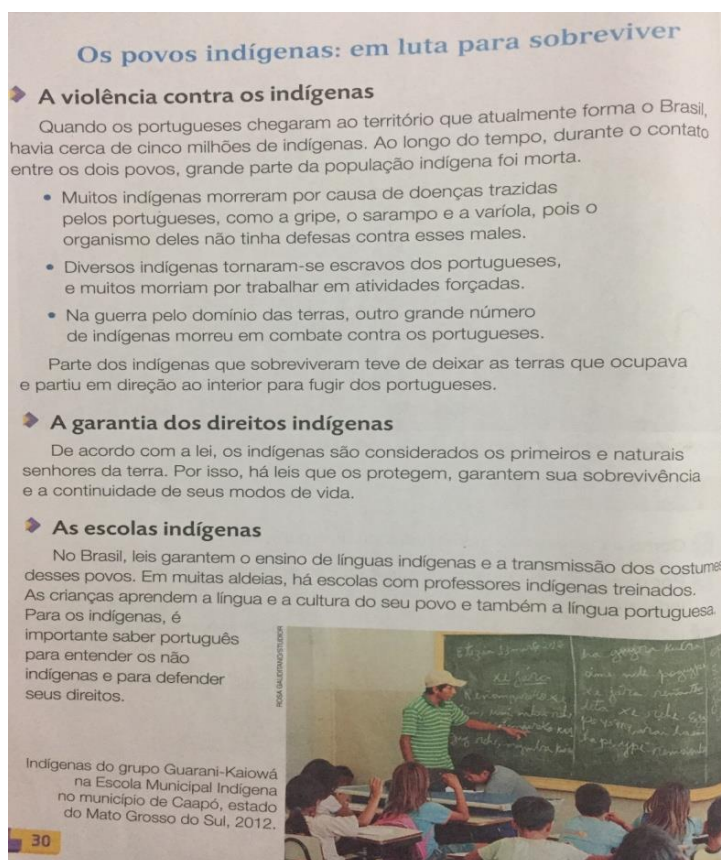
Dando continuidade a análise da temática - *O modo de Vida*, temos a Arte dos Indígenas, que devido à grande diversidade dos índios brasileiros, é difícil definir um padrão artístico, a arte indígena é a representação de uma tribo por isso, essa arte é tão diversificada.

Focando nos dias de hoje esses utensílios e enfeites produzidos pelos indígenas em muitos locais são comercializados, pois não só existe índio no meio da floresta pintado e

cheio de penas, existem os indígenas que vivem em locais mais povoados e onde pra meio de sobrevivência eles fabricam vários enfeites e utensílios.

Outro tema do livro didático aborda uma das partes que nos chamou atenção, *os povos e em luta para sobreviver*, levando em conta que se trata de um tema abrangente que retrata a luta por territórios e a violência acometida aos indígenas, essa parte traduz quase que total desconhecimento dessa realidade.

Figura 5 – Os povos indígenas em luta para sobreviver
(a violência contra os indígenas e a garantia dos direitos indígenas)



Fonte: (Projeto Buriti História, 4º ano, 2014, p. 30)

A violência contra os indígenas é um tema trazido pelo o livro didático que ressalta a os abusos sofridos pelos indígenas na colonização brasileira, que foi o trabalho forçado, doenças trazidas pelos portugueses e à luta por território. Mas essa violência indígena não foi só no período da colonização. O livro se quer destaca informações da realidade de hoje desses povos, deixando o leitor com a impressão que os indígenas só existiram no passado.

Buscamos saber qual tem sido o motivo da violência que até hoje os indígenas têm sofrido se é não regulamentação de seu território, a perda da sua identidade ou tem sido pela

ameaça de morte por fazendeiro? Através do Relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 2016) vimos que traz anualmente a real situação que os índios vêm enfrentando é preocupante,

Dados obtidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) indicam a ocorrência de 135 casos de suicídios entre os povos indígenas, em 2014. Os dados enviados pela Sesai estão distribuídos por 18 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), instâncias responsáveis pelo atendimento à saúde nas comunidades indígenas. (CIMI, 2015, p. 119)

Essa é a realidade dos povos indígena, a opressão ocorre a todo momentos é um cotidiano que tem que ser trazido pra realidade do livro didático não só apenas fatos que marram no passado, pois o índio existe até hoje e procura ter seu espaço reconhecido.

A violência contra os povos indígenas em nosso país é avassaladora. A dor, as ameaças, as invasões, as torturas, as agressões cotidianas expressam as condições a que os povos continuam sendo submetidos (CIMI, 2015, p. 10).

Dando continuidade, outro ponto trazido pelo livro didático é a garantia dos direitos indígenas que é citado resumidamente em três linhas, é impossível falar dos direitos indígenas sem mencionar a constituição que onde o índio tem alguns direitos preservados. Este livro não traz nenhuma informação sobre a garantia de seus direitos na Constituição de 1988, pois a mesma dedica dois artigos que apresentar esses direitos.

Artigo que está relacionado à situação dos indígenas no Brasil:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

E, por fim, no último tema a figura 6, é abordada uma das questões mais inquietantes e não resolvida entre a sociedade e o índio, no que tange a regularização de seus territórios, As *terras indígenas*, que até hoje existe uma disputa pela ocupação de seus espaços.

Figura 6 – Os povos indígenas em luta para sobreviver(as terras indígenas)

As terras indígenas

Os indígenas têm o direito de viver nas terras que tradicionalmente ocupam. Para garantir esse direito, existem locais demarcados, de uso exclusivo dos indígenas, chamados **terras indígenas**.

Dessa forma, todas as riquezas naturais das terras em que vivem, como a madeira das árvores, os peixes do rio, as plantas, os animais e os minérios, podem ser exploradas somente para a sobrevivência dos indígenas. Nem sempre, porém, é o que acontece. Todas essas riquezas atraem empresas e não indígenas interessados em explorá-las. Em muitos casos, ocorrem confrontos entre indígenas e não indígenas.

Terras indígenas regularizadas (2012)

Fonte: Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ATIVIDADES

- Escreva três causas que provocaram a morte de um grande número de indígenas.
- O que são terras indígenas?
- Por que há disputas pelas terras indígenas?
- Observe o mapa desta página e responda.
 - Em qual região está localizada a maior parte das terras indígenas regularizadas?
 - Em quais estados não havia terras indígenas regularizadas em 2012?
 - No estado em que você vive, existia terra indígena regularizada em 2012?
- Qual é a importância das escolas indígenas? Consulte respostas nas Orientações e subsídios ao professor.

31

Fonte: (Projeto Buriti História, 4º ano, 2014, p. 31)

Embora a Constituição de 1988, defina que os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É que a União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos povos indígenas, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais, garantindo-se as condições de sua reprodução física e cultural. O que vemos de fato é uma luta constante entre os latifundiários que a cada dia usurpam e expulsam os povos de suas terras.

O site do *jornal Brasil de Fato* (2017) traz que hoje, 13% do território nacional estão demarcados e homologados como reservas indígenas. Cerca de 98% dessas terras estão localizadas na chamada Amazônia Legal. Os que esbravejam contra a quantidade de terras constitucionalmente assegurada aos índios, esquecem, ou propositalmente ignoram que 46% das terras agrícolas estão nas mãos de 1% dos proprietários rurais, cerca de 50 mil latifundiários.

A demarcação das terras indígenas é uma questão histórica e ainda mal resolvida. Contrário a ela, há os interesses, políticos e econômicos, das elites.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do material analisado livro de História do 4º ano do Ensino Fundamental foi possível constatar que os conteúdos veiculados sobre cultura indígena não estão atualizados, além de possuírem informações resumidas e pouco aprofundadas.

Os dados apontados no livro, trata superficialmente os temas e as informações e basicamente faz um resumo dos índios e suas questões como só relacionada *a arte indígena, costumes alimentares e os habitantes do Brasil*. Demonstrando pouca pesquisa, sobre os povos indígenas e os dados são extremamente desatualizados, impedindo assim que as informações contidas no livro didático cheguem aos (as) alunos (as) de forma incompleta.

Sendo, pois, a escola um espaço vital para a produção do conhecimento, locus fundamental para desenvolver a curiosidade e vontade de pesquisa, faz-se urgente e necessário que haja um debate cada vez mais elucidativo sobre os indígenas e desperte interesses de modo a: “não apenas resgatar mais esses ‘esquecidos’ da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa – fracassada – de erradicar os índios (MONTEIRO, 1995 p. 227).

Consideramos que os equívocos ainda presentes reproduzidos no livro didático de História do Brasil do 4º ano do Ensino Fundamental I, em especial do projeto Buriti, deve-se por um lado, ao desconhecimento por parte das editoras e de quem produz esse material e, por outro, busca repercutir os aspectos ideológicos reproduzidos nesses livros, que não consideram a importância e reconhecimento desses povos.

A análise da produção desses materiais didáticos pode se constituir num importante instrumento de contribuição que leve os sujeitos a compreendermos vários limites contidos nesses materiais, bem como contribuir para o entendimento e respeito à diferença cultural.

Se analisarmos na história, o índio é visto através de uma perspectiva eurocêntrica sempre descrita nos livros didáticos, dificilmente encontram-se relatos dos índios, da contribuição histórica, vemos apenas citações que os mesmos são selvagens, que tem conhecimento das ervas, artesanato, caça e pesca. Portanto, a comunidade escolar é o espaço em que essas ideias podem ser (des) construídas e discutidas e o livro é apenas um desses instrumentos.

É indispensável, se assim o considerem os autores, uma nova visão para as futuras edições de livro didático. Mostrando a história como de fato aconteceu, tirando assim essa

visão colonizadora. O livro deve ser um agente de reversão de estereótipos, mostrando que existe índio nas aldeias e nas cidades, trazendo a diversidades de povos indígenas no Brasil e no mundo.

O caminho para reverter essa história é buscarmos nas próprias comunidades indígenas dando vozes a sua história, além de buscarmos novas fontes de saber, não se prendendo apenas ao instrumento do livro didático.

Segundo a Professora guarani Maria de Lourdes, do Mato Grosso do Sul, “que a nossa cultura a gente não se perca no vazio, que nós possamos também um dia construir a nossa história, a nossa verdadeira história. Porque a história que está nos livros não fala tudo”. (Depoimento. In Brasil, 1998, p. 71.)

Durante a produção do presente trabalho abordamos a questão do mercado do livro didático, que hoje no Brasil representa um mercado em ascensão.

Embora exista um momento de escolha dos livros didáticos por professores/as os mesmos poderiam contribuir na construção de conteúdo desses livros.

Conforme as análises foram feitas foi possível verificar que, apesar das alterações acontecidas no ensino de História, a metodologia ainda não foi modificada e o livro didático é o principal recurso utilizado nessa metodologia, mesmo com as grandes alterações na História, os conteúdos continuam sendo praticamente os mesmos.

Dessa maneira objetivamos colaborar para uma melhor compreensão sobre a temática indígena, diminuindo o preconceito e a discriminação que acontece, bem como propiciar aos alunos/as a construção de conceitos mais coerentes em relação à diversidade existente em nossa sociedade Brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cleber. **Temática Indígena nas escolas**, Youtube, 02 abril de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AL1dW6qXsd4>> Acesso em 12 fev.2107.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Curitiba: **Imprensa Oficial do Estado do Paraná**, 1998.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil, **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em 12 de Set. 2016

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do Livro Didático no Brasil no século XXI**: a entrada do capital Espanhol na Educação Nacional. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CEZARINO, Pedro. **Historia indígenas dos tempos antigos** /Pedro Cesarino: ilustrações Zé Vicente. – 1ª Ed. – São Paulo; Claro Enigma, 2015.

Ciências hoje nas crianças. Disponível em; <Http://chc.org.br/como-vivem-os-indios-hoje/dia> . Acesso em: 14agos. 2016.

COTA, Maria. **Educação escolar indígena e a questão da formação de professores de geografia**. Set. de 2003. Disponível em: <<File:///C:/Users/PESSOAL/Downloads/1084-1250-1-PB.pdf>> Acesso em: 10. Set.2016

CUNHA, Manuela. **Imagens de índios do Brasil: o século XVI**,1990.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300005>: Acesso em 19 de set. de 2015

FREIRE, **A imagem do índio e o mito da escola**. In MARFAN, Marilda A. org> congresso Brasileiro de qualidade na Educação-Formação de Professoras: educação escolar indígena, Brasília:MEC, p.93-99.

FREITAG, Barbara; COSTA, Wanderly da; MOTTA, Valéria R. **O livro Didático em Questão**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOBBI, Izabel. **A temática Indígena e Diversidade Cultural nos livros Didáticos de História: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático**. São Carlos: UFSCAR, 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos.

GRUPO ESCOLAR. **O que os índios comem**, 2017. Disponível em: <<http://www.grupo-escolar.com/pesquisa/o-que-os-indios-comem.html>> Acesso em : 01 fev. 2017.

MENESES, Paula. **Repensando a questão indígena na escola**. Disponível em; <<http://fundacaoarapora.org.br/moitara/wp-content/uploads/2016/02/Repensando-a-quest%C3%A3o-ind%C3%ADgena-na-escola-Paula-M.-Menezes.pdf>>. Acesso em: 04 de out. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNDL**, 2017 Disponível em: <[Http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao](http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao) Acesso em: 28 set. 2016.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico> Acesso em: 22.07.2017

MONTEIRO, John Manuel Monteiro. **O desafio da história indígena no Brasil**. In GRUPIONI, L; SILVA, Araci. **A temática indígena no Brasil**. Brasília: MEC/MARE. 1995.

MOREIRA, Maria Geralda de Almeida. **Entre silêncios e representações: históriae cultura indígena no ambiente**. Goiás, ano 24, nº 1, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/34131>>. Acesso em 25 de maio 2014.

PROJETO BURITI: historia: ensino fundamental: anos iniciais/organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos . 3. ed. _ São Paulo Moderna,2014._ (Projeto Buriti)

REIS, Elisângela Alves; BARBOSA, Rosimari Bueno; **Entre silêncios e representações: história e cultura indígena no ambiente escolar.** Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2074339/mod_resource/content/1/ARILD.pdf> . Acesso em: 06 abril de 2016.

SANTOS, Edna Matilde dos. **As representações sociais do livro didático por professores de matemática** / Edna Matilde dos Santos. – Recife: O autor, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; **Sociedades Indígenas Brasileiras no Século XVI.** Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/soc_indigenas.html. Acesso em: 23 set. 2017

STUART, Hall. **Cultura e Representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Ri: Apicuri, 2016.

SILVA, Maria. **A temática indígena no currículo escolar à luz da lei 11.645/2008.** maio /ago. 2010. Disponível em: <<File:///C:/Users/PESSOAL/Downloads/244-14628-1-PB.pdf>> . Acesso em : 21 agost. 2016.

WIKIPÉDIA. Representações sociais, 3 de dezembro de 2016. Disponível em:https://pt.wikipedia.org/wiki/Representa%C3%A7%C3%B5es_sociais. Acesso em 11 de Nov. 2016